

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE**  
**RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**  
**EDITAL Nº 1 DO CONCURSO PÚBLICO 1/2018 – ANALISTA LEGISLATIVO**  
**NORMATIVO**

**119**

**REVISOR ORTOGRÁFICO**

**Data e horário da prova:**  
**Domingo, 7/4/2019, às 8 h.**

## INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal um caderno contendo 1 (uma) prova de conhecimentos práticos.
- Verifique se estão corretas a paginação do caderno da prova de conhecimentos práticos, bem como a codificação da folha de texto definitivo.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova de conhecimentos práticos e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de texto definitivo da prova de conhecimentos práticos e o caderno de provas, bem como retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno da prova de conhecimentos práticos 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos após o início.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de texto definitivo da prova de conhecimentos práticos.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
- Os 3 (três) últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após a entrega do material utilizado por eles, tendo seus nomes registrados em documento específico e nele posicionadas suas respectivas assinaturas.

## INSTRUÇÕES PARA A PROVA DE CONHECIMENTOS PRÁTICOS

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de texto definitivo da prova de conhecimentos práticos. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- A folha de texto definitivo da prova de conhecimentos práticos não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada e nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados à resposta.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, a resposta para a folha de texto definitivo.

# PROVA DE CONHECIMENTOS PRÁTICOS

Leia, com atenção, o texto a seguir.

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “SEGURANÇA NAS ESCOLAS”

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CECE) da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás promoveu a audiência pública a cerca do tema “Segurança nas Escolas”, a partir das 14 horas do dia 18 de março de 2019, no auditório Solon Amaral, desta Casa de Leis. A audiência foi conduzida por seu proponente, um deputado estadual que preside a Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Compareceu à audiência pública vários deputados estaduais. O evento contou, ainda, com a presença e pronunciamento de determinadas autoridades. Completou o quadro diversos palestrantes. O presidente da mesa informa que proporá, a partir dos dados levantados, Plano Estadual de Segurança para as Escolas e considera que a Psicologia é a área própria para prevenir a violência contra crianças e adolescentes. O primeiro palestrante a fazer uso da palavra foi um ex-deputado. O mesmo falou de sua experiência enquanto parlamentar e delegado. Nesse momento, se defendeu que nenhum segmento sozinho logrará êxito no enfrentamento da violência escolar. Dentre outros profissionais, destacou a necessidade dos psicólogos estarem nas escolas. Em seguida, proferiu palestra a diretora pedagógica de um colégio da localidade. Ela afirmou ainda estar abalada com o incidente ocorrido em sua instituição de ensino, mas que diante de seu compromisso com a educação de 35 anos continua dedicando-se à atividade. Ela se solidarizou com os envolvidos no recente caso em Suzano (SP) e concluiu que não há “receita ou fórmula” pra este tipo de problema, que ocorre quando menos se imagina. Uma deputada mencionou que é professora aposentada, tendo sido diretora e secretária de educação. Ela afirmou que a crise da sociedade e da família se refletem na escola. Ela criticou os pais que terceirizam para a escola a criação de seus filhos. A deputada mencionou que os professores estão entre os profissionais que mais tiram licença e adoecem por problemas psicológicos. Ainda, criticou a idéia de armar os docentes. Por fim, para uma atuação preventiva, defendeu a necessidade de três profissionais nas escolas; orientador psicológico, orientador educacional e supervisor pedagógico. Certo deputado, em sua exposição, destacou a importância do lar e defendeu repensar a família brasileira. Também manifestou preocupação com o elevado número de suicídios, inclusive entre adolescentes. Outro deputado salientou que na audiência pública deveriam sair encaminhamentos concretos para o enfrentamento do problema da violência nas escolas. Em seguida, proferiu palestra de certo coronel que atua na coordenação de educação e foi comandante de ensino da Polícia Militar. Ele destacou a importância da família para a segurança pública e disse que armas, por si só, não resolveria. Logo após, determinado militar fez uso da palavra. Ele afirmou que a psicopatia é transtorno mental que dura a vida toda e que é comum o suicídio após surto de esquizofrenia. O militar afirmou que a família deve educar e os professores devem ensinar. Informou, ainda, que metade dos colégios militares estão em Goiás e que o modelo vem sendo copiado. Por fim, defendeu a patrulha escolar e a necessidade de profissionais da Psicologia e do Serviço Social. Um senhor, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Goiânia, entende o contexto escolar como reflexo da sociedade. Ele defende não haverem soluções mágicas e que um caminho é a valorização dos profissionais da educação. Em seguida, o coronel também defendeu as patrulhas escolares. Disse que muitas escolas possuem problemas estruturais em muros, portões e outras itens de segurança simples, dificultando soluções mais despendiosas. O militar defendeu restaurar a autonomia e autoridade dos professores e diretores. Ainda, cobrou uma maior atuação do Ministério Público na questão. Em seguida, outro deputado, vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte fez o uso da palavra, destacando o papel transformador da educação e defendendo maior segurança nas escolas. A presidente do Conselho Regional de Serviço Social defendeu equipes multiprofissionais de servidores efetivos nas instituições de ensino, incluindo profissionais de sua área. Um senhor representando o Conselho Regional de Psicologia criticou o veto do governador anterior a um projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa que previa psicólogos na rede pública estadual de ensino. Ele afirmou que a violência é complexa e multi-determinada, não existindo uma solução padrão que possa ser implantada em todos os locais. Defendeu que servidores efetivos da Psicologia, Serviço Social e Fonoaudiologia atuem no ambiente educacional. O último a proferir palestra foi um senhor do Conselho de Diretores das Escolas Municipais de Goiânia (CONDIR), que informou que no âmbito da Câmara Municipal de Goiânia há o mesmo debate em curso e que também participara das discussões atinentes à Capital. Ele defendeu a autonomia das escolas e a importância do cumprimento das regras em todos os lugares e também mencionou o problema do adoecimento psicológico dos docentes. O deputado, visando a que à audiência pública resultasse em medidas concretas para possibilitar maior segurança no ambiente educacional, provocou os participantes para a elaboração de encaminhamentos. Não obstante, diante da complexidade da temática, optou-se pela elaboração de uma carta que sintetizará os pontos mais importantes da audiência e que será enviada a Governadoria, Secretaria de Estado da Educação e Presidência da Assembleia Legislativa. As sugestões serão encaminhadas para as assessorias de deputados. Caso haja necessidade de elaboração de projeto de lei, o deputado colocou esta Casa de Leis à disposição e convidou a deputada para a elaboração do projeto. Em seguida, um deputado que presidiu a audiência lhe encerrou formalmente.

Disponível em: <<https://portal.al.go.leg.br/arquivos/comissao/530.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019, com adaptações.

Na folha de texto definitivo da prova de conhecimentos práticos, com a sua caligrafia usual, transcreva e revise o texto apresentado.

**RASCUNHO**

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

35	
40	
45	
50	
55	
60	

PROVA APLICADA

65	
70	
75	
80	
85	
90	

PROVA APLICADA

95	
100	
105	
110	
115	
120	